

# 2010

A voz de Cacuaco,  
nº 6

**EDITORIAL**

## **O PROCESSO DAS CONFERENCIAS JÁ MARCOU PASSOS**

O processo da realização das conferencia da Sociedade civil já marcou passos importantes na construção da cidadania e na influencia das políticas públicas em Cacuaco. Estas conferencias e fóruns conseguiram a mobilizar os munícipes sobre a sua participação na gestão municipal de uma forma organizada nos diferentes espaços de participação existentes a nível local , mas também a autoridade Municipal a considerar a sociedade civil como uma parceira incontornável do governo.

## EDITORIAL

### O processo de realização das conferências da SC já marcou passos

Desde que o nosso pai aceitou a paz em 2002, o governo juntos dos seus parceiros sociais nunca pouparam os esforços na reconstrução do país e na estabilidade social.

A sociedade civil, sendo uma força activa e parceira do governo não ficou ao alheio, várias organizações e associações lutam para implementação dos projectos e acções que visam o bem-estar da população, promoção dos direitos humanos fundamentais e numa escala social, fiscalizar as acções governativas.

No Município de Cacuaco, as Organizações da Sociedade Civil organizada em rede, promove desde a sua criação as acções de reforço de capacidades institucionais dos seus membros no sentido de garantir uma parceria sustentada com o governo local e uma advocacia bem sucedida para a redução da pobreza extrema e a fome.

Nesta mesma ideia, iniciou-se um processo de conferências e fóruns liderado pela rede das OSC local no sentido de promover a cidadania activa, suscitar o senso participativo dos munícipes nas iniciativas locais e na gestão municipal tal como instituída no DL 17/10 de 23 de Julho que estabelece os princípios da descentralização e desconcentração administrativa delegando alguns poderes do governo central aos órgãos locais do estado tais como as administrações municipais e comunais, assim foram lançadas as bases para as autarquias locais.

Esta mesma lei instituiu os Conselhos de Auscultação e Concentração Social como órgão de consulta dos Administradores Municipais e que devem ouvir antes de aprovação quaisquer planos e programas municipais de desenvolvimento.

Dos 25 membros que devem fazer parte dos CACS, a SC tem uma proposta importante e pode influenciar com as ideias construtivas, as políticas e estratégias lá apresentados pelo Administrador Municipal.

Em Cacuaco, infelizmente desde que 2010 começou, aconteceu uma única vez o CACS enquanto que a lei recomenda a sua convocação de quatro em quatro meses.

Outro lado, se as conferências da SC determinam as linhas mestras e estratégias de actuação da Sociedade civil para influenciar as políticas públicas, os fóruns do desenvolvimento municipal tem papel temático preponderante na construção da cidadania, onde os populares discutem e propõem forma de resolver os diferentes problemas que os assolam para uma agenda consolidada dos CACS.

A realização da segunda conferência Municipal da Sociedade Civil de Cacuaco, no dia 10 de Setembro do ano em curso, é um passo importante na consolidação das acções da Sociedade Civil. Este evento conseguiu mobilizar os filhos e filhas de Cacuaco que, despertados e cientes de que o desenvolvimento só é possível com a mão dada de todos. Reconhecendo o papel da Sociedade civil, a autoridade local se fez presente na conferência pelo Administrador Municipal Adjunto, Arquitecto Daniel Kubanza, que enalteceu a importância da parceria da Administração Municipal com a Sociedade civil na implementação das políticas públicas.

Este processo que começou a nível Municipal deu a sua continuidade a nível provincial através da realização da conferência Provincial da Sociedade civil em Luanda, nos dias 08 e 09 de Novembro de 2010 onde foram encaminhando as principais conclusões e recomendações Municipais; e a nível nacional com a realização da conferência nacional na cidade do Huambo que aglomerou os delegados de todas as províncias do país.

Assim, o fortalecimento deste exercício da cidadania não somente desperta a consciência cidadã mas chama atenção dos decisores no que tange o respeito dos direitos fundamentais dos angolanos e a participação de cada cidadão no processo de tomada de decisão e de cumprimento das metas do milénio.

O Caminho só existe caminhando, a Sociedade civil deveria melhorar a capacidade de resposta institucional e financeira dos seus membros para impulsionar mas sucesso e proeza no desenvolvimento que se quer sustentável de Angola.

Por Geraldo Basilua